



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

# RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ

**1º SEMESTRE  
DE 2006**

Fortaleza – CE  
Setembro/2006

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

SECRETÁRIO

Vicente Cavalcante Fialho

COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

ELABORAÇÃO

Marcelo Ponte Barbosa

Nicolino Trompieri Neto

COLABORAÇÃO

Francis Carlo Petterini (IPECE)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)  
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora  
Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N  
Ed. SEPLAN - 2º andar  
60839-900 – Fortaleza-CE  
[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)  
[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

## 1 - RESULTADO FISCAL

O primeiro semestre de 2006 se encerra com a obtenção de um resultado primário acumulado da ordem de R\$ 499 milhões, representando uma diminuição real de 20,4% com relação ao mesmo período do ano anterior. Comparado a 2003 o superávit primário do primeiro semestre de 2006 apresentou um aumento de 126%.

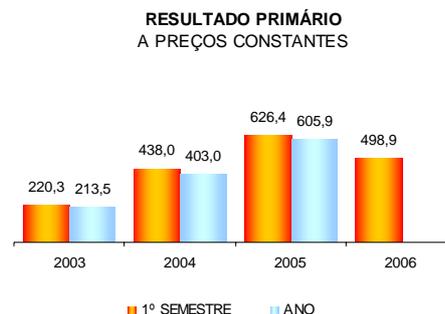
Graças ao esforço fiscal praticado, o resultado nominal passou a ser positivo em 2005 em R\$ 219 milhões, em valores correntes, revertendo uma situação de déficit que ocorreu ao final de 2003 e 2004. Esta tendência continuou no primeiro semestre de 2006, quando o Resultado Nominal totalizou R\$ 544 milhões, montante 72% superior ao do mesmo período do ano de 2005. Este aumento é reflexo da diminuição do serviço da dívida, somada ao expressivo crescimento das operações de crédito no último semestre, o que se traduz em uma maior capacidade de investimento do Governo do Estado nos próximos anos.

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL**

DISCRIMINAÇÃO	Jun/05	Dez/05	Jun/06
1. Receitas	2.989	6.173	3.417
Receitas de Transferências	1.254	2.526	1.379
FPE	1.110	2.198	1.239
Outras	145	328	140
Receitas de Arrecad. Própria	1.734	3.647	2.038
ICMS	1.449	3.097	1.634
Outras	285	549	404
2. Transferências aos Municípios	429	825	492
<b>3. Receita Líquida<sup>(1-2)</sup></b>	<b>2.559</b>	<b>5.348</b>	<b>2.925</b>
<b>4. Despesas não Financeiras</b>	<b>1.962</b>	<b>4.764</b>	<b>2.426</b>
Pessoal e Encargos	1.133	2.556	1.233
OCC	829	2.208	1.193
Investimento	86	385	284
Outras Despesas de Capital	50	115	79
Sentenças Judiciais	2	8	0
Outras Despesas Correntes	691	1.699	830
<b>5. Resultado Primário<sup>(3-4)</sup></b>	<b>597</b>	<b>584</b>	<b>499</b>
6. Juros da Dívida <sup>(Líquido Devido)</sup>	111	214	76
7. Amortizações	214	420	202
8. Nec. De Financiamento <sup>(5-6-7)</sup>	272	-50	221
9. Alienação de Bens	1	2	0
10. Operações de Crédito	43	268	323
Internas	8	38	183
Externas	34	230	140
<b>11 - Resultado Nominal<sup>(8+9+10)</sup></b>	<b>316</b>	<b>219</b>	<b>544</b>

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará. Elaboração: IPECE

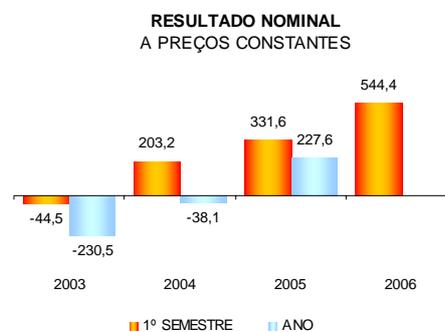
**GRÁFICO 1.1**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O resultado primário do primeiro semestre de 2006 caiu 20,4% com relação ao mesmo período do ano anterior, em termos reais. Já o Resultado Nominal cresceu 72%, reflexo do expressivo aumento das operações de crédito.

**GRÁFICO 1.2**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

## 2 - RECEITAS

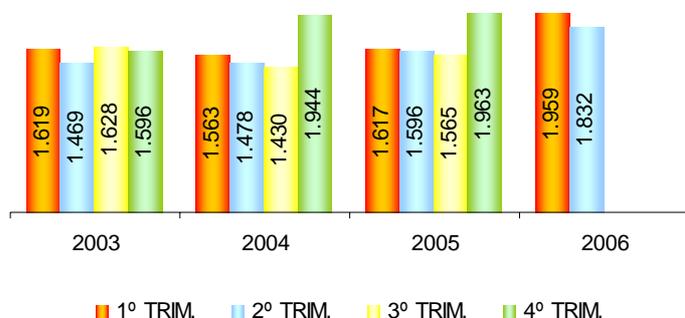
A receita orçamentária anual vem apresentando aumentos reais desde 2003, encerrando 2005 a um nível de R\$ 6.726 milhões. Totalizando R\$ 3.779, o primeiro semestre de 2006 confirma esta tendência, tendo superado em 18% a receita do mesmo período do ano anterior. Mantendo-se esta performance, projeta-se para o ano de 2006 uma receita orçamentária na ordem de R\$ 7.997 milhões

Como se pode observar no Gráfico 2.3, existe certo grau de sazonalidade na receita orçamentária entre os quatro trimestres do ano. Um padrão que pode ser observado é que o resultado do primeiro semestre é, tradicionalmente, inferior ao da segunda metade do ano. De 2003 a 2004, a participação média do primeiro semestre com relação ao resultado anual foi de 47,3%.

É importante frisar que este aumento da receita orçamentária no primeiro semestre de 2006 foi devido em parte ao crescimento na arrecadação do ICMS e das transferências da união, mas também ao aumento do volume de operações de crédito observado neste período.

GRÁFICO 2.3

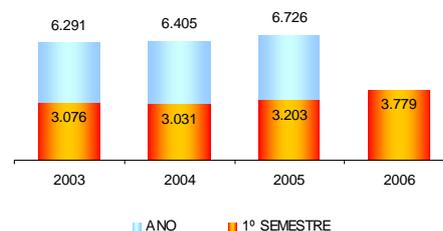
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TRIMESTRES - A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do segundo trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.1

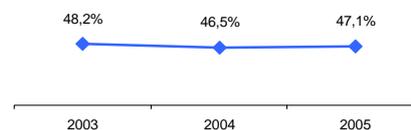
RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.2

RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARTICIPAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE NO VALOR DO ANO

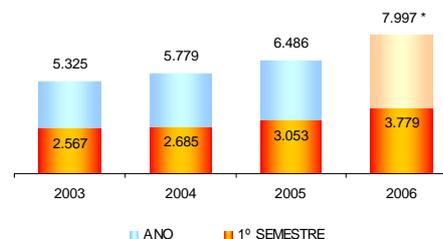


Medido a preços correntes. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

No primeiro semestre de 2006, a receita orçamentária do tesouro estadual apresentou um crescimento real de 18% com relação ao mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 2.4

RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES



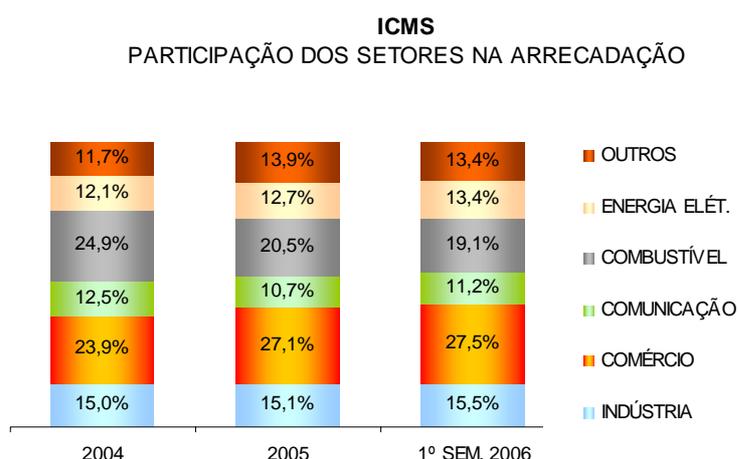
\*Previsão básica, supondo-se uma participação do primeiro semestre igual a média dos anos anteriores. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

Entre as receitas de arrecadação própria, a mais relevante é o ICMS, correspondendo, no primeiro semestre de 2006, a 80% dessas e a cerca de 43% da receita orçamentária total. A arrecadação do ICMS vinha demonstrando crescimento real até o ano de 2004, sofrendo uma queda em 2005. Entretanto, o resultado do primeiro semestre de 2006 foi 7,5% superior ao do mesmo período do ano passado, sinalizando uma recuperação da arrecadação do tributo e confirmando a boa performance do comércio e da indústria na primeira metade do ano.

Entre os anos 2003 e 2005, a arrecadação do primeiro semestre equivaleu, em média, a cerca de 46% do total anual. Mantendo-se esta proporção, projeta-se para o ano de 2006, uma arrecadação total da ordem de R\$ 3.554 milhões.

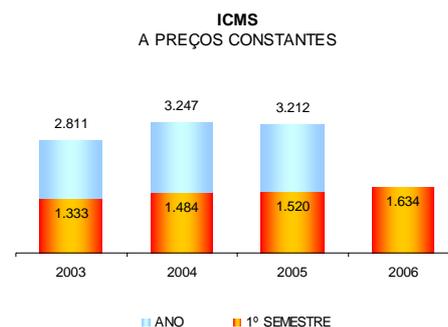
Ao se analisar a arrecadação do ICMS por setores, no primeiro semestre de 2006 os principais representantes continuaram a ser o comércio (27,5% do ICMS arrecadado), os combustíveis (19,1%) e a indústria (15,5%). Com relação a 2005, as variações mais significativas ocorreram no ICMS da Energia Elétrica (crescimento de 0,7%) e no ICMS dos Combustíveis (queda de 1,4%).

GRÁFICO 2.7



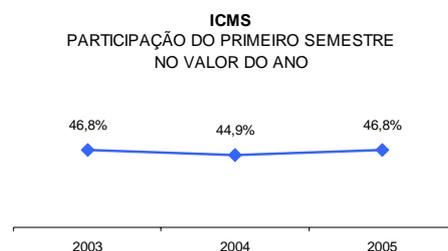
Medido a preços correntes  
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.5



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006.  
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

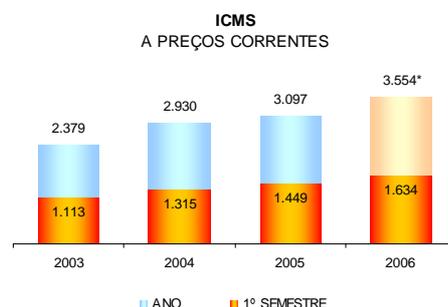
GRÁFICO 2.6



Medido a preços correntes.  
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

*O aumento real de 7,5% na arrecadação do ICMS no primeiro semestre de 2006 deveu-se, em parte, à boa performance do comércio e da indústria observada no período.*

GRÁFICO 2.8



\*Previsão básica, supondo-se uma participação do primeiro semestre igual a média dos anos anteriores.  
R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais.

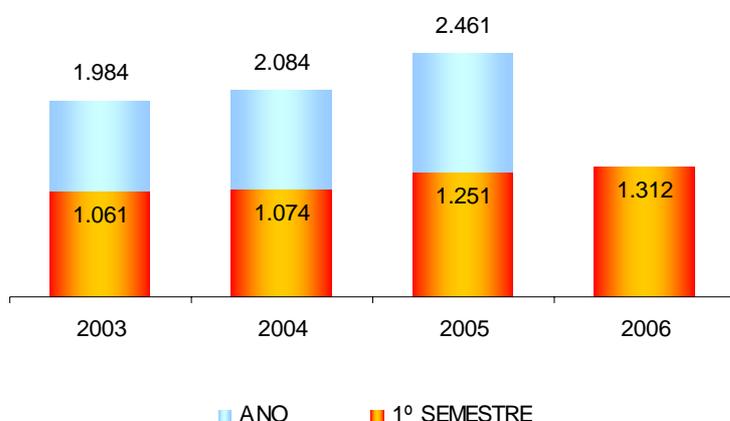
Dos impostos que geram as receitas próprias do estado, o IPVA é o segundo mais importante, tendo contribuído com quase 7% dessas receitas no primeiro semestre de 2006. Entretanto, devido à concentração deste tributo nos primeiros meses do ano, é certo que sua participação caia no decorrer do ano. Até junho de 2006, a arrecadação do IPVA acumulou R\$ 142,7 milhões, mostrando um aumento real de cerca de 12% com relação ao mesmo período de 2005.

Além das receitas de arrecadação própria, as Transferências da União são a outra grande fonte de receitas do Tesouro Estadual. As transferências responderam por aproximadamente 40% da receita orçamentária do Estado no primeiro semestre de 2006. Neste período, essas receitas somaram R\$ 1.312 milhões, resultado 4,8% superior ao mesmo período do ano anterior, em valores constantes.

A participação das transferências do primeiro semestre no total do ano vem caindo ligeiramente entre 2003 e 2005. Em média, 51,2% das transferências anuais são repassadas no primeiro semestre do ano. Partindo desta proporção, estima-se que o ano de 2006 se encerre com um total de R\$ 2.476 milhões em Transferência da União.

**GRÁFICO 2.11**

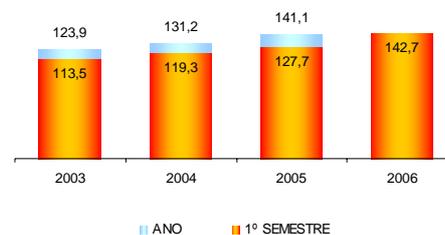
**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO  
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 2.9**

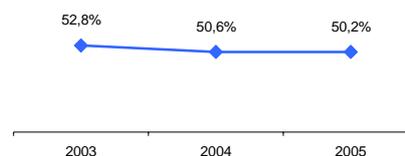
**IPVA  
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 2.10**

**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO  
PARTICIPAÇÃO DO PRIMEIRO  
SEMESTRE NO VALOR DO ANO**

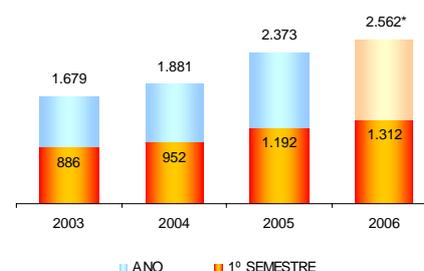


Medido a preços correntes. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

As transferências responderam por aproximadamente 50% da receita orçamentária do Estado no primeiro semestre de 2006, quando totalizaram R\$ 1.312 milhões.

**GRÁFICO 2.12**

**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO  
A PREÇOS CORRENTES**



\*Previsão básica, supondo-se uma participação do primeiro semestre igual a média dos anos anteriores. R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais.

Das transferências da união, a mais relevante tem sido o FPE – Fundo de Participação dos Estados, correspondendo, nos primeiros seis meses de 2006, a cerca de 94% do total de transferências. Assim, a trajetória recente deste recurso espelha as transferências da união, apresentando crescimento desde 2003.

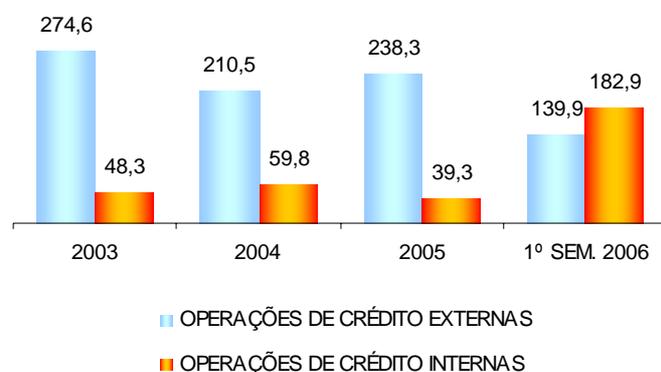
As transferências do FPE totalizaram R\$ 1.239 milhões no primeiro semestre de 2006, um aumento real de 6%, com relação ao mesmo período de 2005. O FPE transferido para o estado no primeiro semestre praticamente não varia de ano a ano, equivalendo a aproximadamente 52% do total transferido anualmente, em média. Seguindo este padrão, projeta-se um montante de R\$ 2.320 milhões em transferências até o final de 2006.

As operações de crédito acumularam R\$ 322,8 milhões no primeiro semestre de 2006, representando um grande aumento se comparado ao ano anterior. Deste total, aproximadamente 57% compreendem créditos de origem interna, invertendo o padrão das operações dos anos anteriores.

Observa-se que as operações de crédito dos seis primeiros meses de 2006 já ultrapassaram em 16% em relação ao total de operações do ano de 2005, em valores constantes.

**GRÁFICO 2.15**

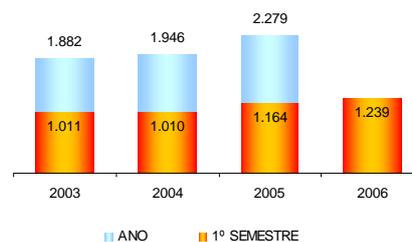
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ORIGEM**  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 2.13**

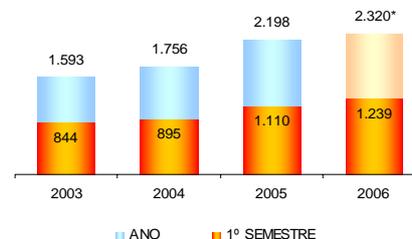
**FPE**  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 2.14**

**FPE**  
A PREÇOS CORRENTES

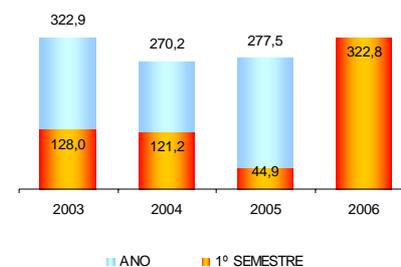


\*Previsão básica, supondo-se uma participação do primeiro semestre igual a média dos anos anteriores. R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais.

*As operações de crédito dos seis primeiros meses de 2006 já ultrapassaram em 16% o total de operações do ano de 2005, em valores constantes.*

**GRÁFICO 2.16**

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

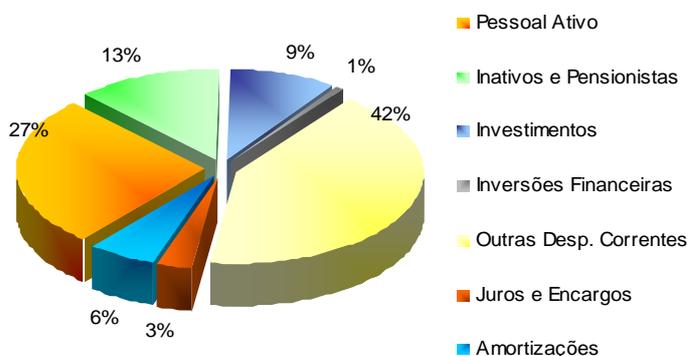
### 3 - DESPESAS

A despesa total do Governo do Estado manteve um nível praticamente constante nos anos de 2003 e 2004, em termos reais, e sofreu um pequeno acréscimo em 2005. Tomando-se o primeiro semestre de cada ano, vê-se que as despesas vinham se mantendo relativamente estáveis nos dois últimos anos, passando a subir em 2006, quando somou R\$ 3.508 milhões. Este resultado foi 11% superior ao do mesmo período do ano anterior.

Os principais componentes da despesa total do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos e pensionistas e “outras despesas correntes”, que será especificada mais adiante.

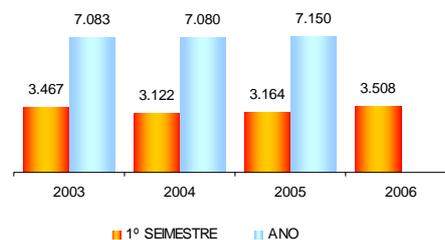
As despesas com pessoal ativo corresponderam, no primeiro semestre de 2006, a aproximadamente 27% do total das despesas do estado, tendo atingido um total de R\$ 932 milhões neste período. Este valor demonstra um aumento real de 1,9% com relação ao mesmo período de 2005. Apesar deste aumento, mantêm-se a trajetória de queda da relação “despesa com pessoal ativo/RCL”, que passou de 37,1%, em 2005, para 32,4%, no primeiro semestre de 2006. Este resultado indica uma situação de equilíbrio para esta conta de despesa.

**GRÁFICO 3.2**  
COMPONENTES DA DESPESA TOTAL  
DO 1º SEMESTRE DE 2006



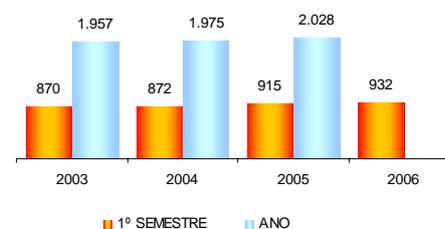
Fonte: SEPLAN – Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 3.1**  
DESPESA TOTAL  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

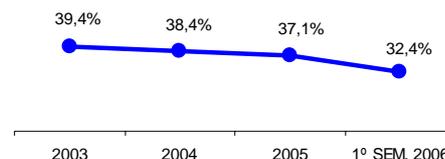
**GRÁFICO 3.3**  
PESSOAL ATIVO  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

No primeiro semestre de 2006, a despesa real com pessoal ativo subiu 1,9%, se comparada ao mesmo período de 2005. Relativamente à RCL, esta despesa vem caindo desde 2003.

**GRÁFICO 3.4**  
PESSOAL ATIVO / RCL



Medido a preços correntes - Fonte: SEPLAN  
Elaboração: IPECE

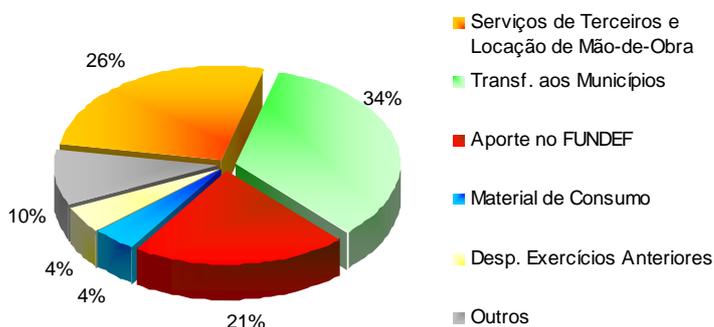
Os gastos com investimentos somaram R\$ 324,6 milhões no primeiro semestre de 2006, demonstrando um crescimento real de cerca de 192% com relação ao mesmo período do ano anterior. Este valor espelha a melhoria da situação fiscal do Estado, evidenciada pelos sucessivos resultados nominais positivos obtidos desde 2005. Espera-se, portanto, uma trajetória crescente dos investimentos para o ano de 2006.

As Inversões Financeiras totalizaram, no primeiro semestre de 2006, R\$ 34,1 milhões. Isto representa uma redução real de 25%, com relação ao mesmo período do ano de 2005. Deve-se observar que, a partir de agosto de 2003, a contabilização dos incentivos fiscais sofreu significativas alterações, devendo-se, assim, analisar estes períodos separadamente.

As Outras Despesas Correntes correspondem a 42% do total de despesas do Estado. Elas apresentaram, de 2003 a 2005, um crescimento real médio de cerca de 8% ao ano. No primeiro semestre de 2006, essas despesas somaram R\$ 1.463 milhões, um crescimento real de aproximadamente 11,8% com relação ao mesmo período do ano passado.

GRÁFICO 3.7

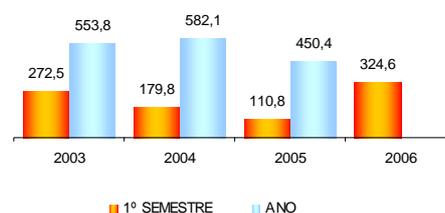
**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**  
1º SEMESTRE DE 2006



Fonte: SEPLAN – Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.5

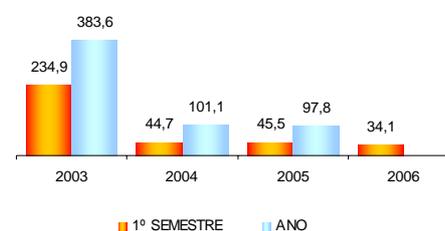
**INVESTIMENTOS**  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.6

**INVERSÕES FINANCEIRAS**  
A PREÇOS CONSTANTES

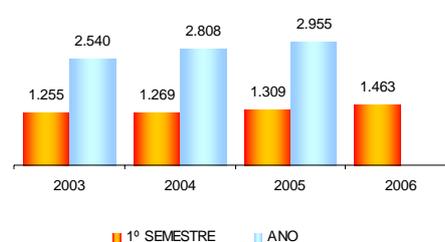


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

*Juntos, as Transferências aos Municípios, os Gastos com Terceirizados e Locação de Mão-de-Obra e o Aporte no FUNDEF, responderam por 81% das Outras Despesas Correntes.*

GRÁFICO 3.8

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

Desde 2003, as despesas com juros e encargos da dívida vêm caindo, em média, cerca de 14% ao ano, em termos reais. No primeiro semestre de 2006, estas despesas acumularam R\$ 114,6 milhões, 16,7% a menos que o despendido no mesmo período de 2005. Já as despesas com amortizações totalizaram, no primeiro semestre de 2006, R\$ 200,8 milhões, valor 10,7% inferior ao do mesmo período de 2005.

Somando-se os Juros e Encargos às Amortizações, têm-se o Serviço Total da Dívida. O Serviço da Dívida vem diminuindo cerca de 7% ao ano, fechando 2005 com um valor de R\$ 702,9 milhões, em valores constantes. Nos seis primeiros meses de 2006, este valor ficou em R\$ 315,4 milhões.

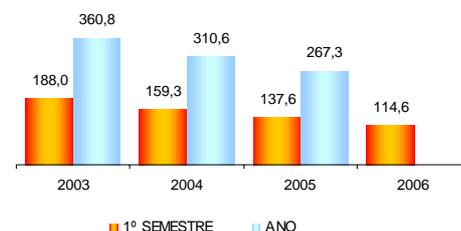
**TABELA 2  
SERVIÇO DA DÍVIDA**

	2003	2004	2005	2006 1º sem.
Amortizações	451,8	420,7	435,6	200,8
Juros e Encargos	360,8	310,6	267,3	114,6
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>812,6</b>	<b>731,2</b>	<b>702,9</b>	<b>315,4</b>

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 1º semestre de 2006.  
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 3.9**

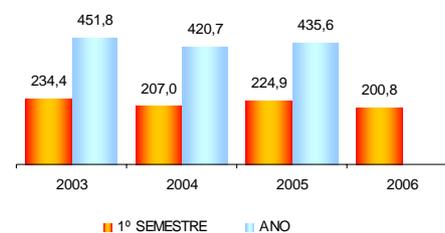
**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 3.10**

**AMORTIZAÇÕES  
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

## 4 – FUNDEF

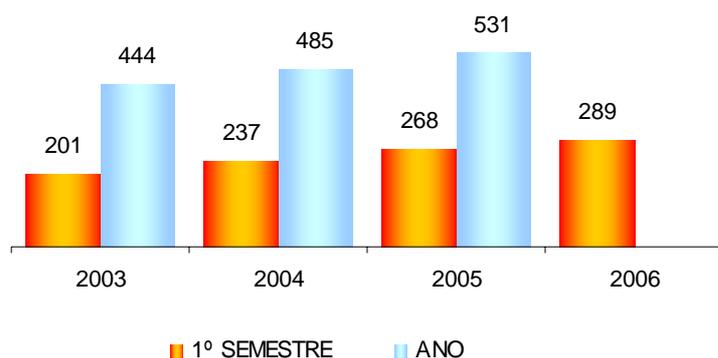
O aporte do Governo Estadual no FUNDEF no primeiro semestre de 2006 totalizou R\$ 366 milhões, o que equivale a um acréscimo real de 4% com relação ao mesmo período de 2005. De 2003 a 2005, o aporte vem crescendo em média 4,5% ao ano, em valores constantes.

Entre 2003 e 2005, o retorno do FUNDEF para o Governo do Estado tem sofrido uma redução real média de cerca de 7,4% ao ano. O retorno nos seis primeiros meses de 2006 totalizou R\$ 77,5 milhões, cerca de 7% a menos que o retorno do mesmo período de 2005.

O retorno do FUNDEF com relação ao aporte tem diminuído continuamente, chegando a 21% deste no primeiro semestre de 2006. Neste período, registrou-se uma perda da ordem de R\$ 289 milhões, resultado 7,8% superior ao do mesmo período de 2005, em valores constantes. De 2003 a 2005, a perda do FUNDEF cresceu 9,5% ao ano, em média.

GRÁFICO 4.3

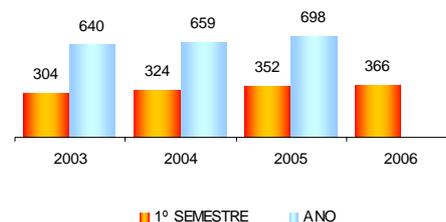
PERDA DO FUNDEF  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.1

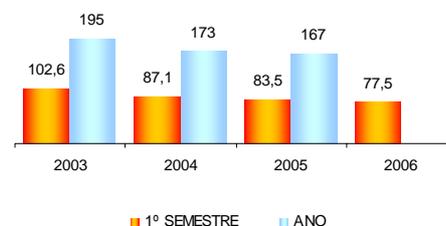
APORTE NO FUNDEF  
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.2

RETORNO DO FUNDEF  
A PREÇOS CONSTANTES

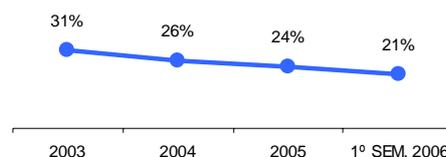


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

*O Governo do Estado do Ceará vem sofrendo sucessivas perdas com o FUNDEF, que vêm crescendo a taxa real média de 9,5% ao ano, desde 2003.*

GRÁFICO 4.4

RETORNO DO FUNDEF  
(% APORTE)



Medido a preços correntes. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

## 5 – PREVIDÊNCIA

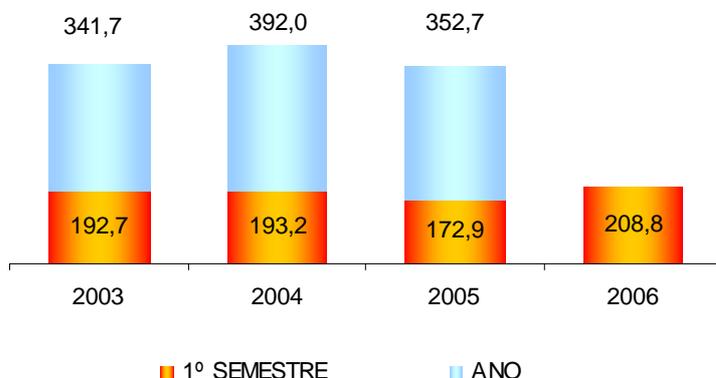
As despesas com inativos e pensionistas vêm apresentando elevações anuais contínuas. De 2003 a 2005, tais gastos tiveram crescimento médio de 4,7% ao ano, em termos reais.

No primeiro semestre de 2006, os gastos com a previdência totalizaram R\$ 439 milhões, valor 4,5% superior ao do mesmo período de 2005. Apesar disso, a relação entre essas despesas e a Receita Corrente Líquida (RCL) vem caindo continuamente, fechando o primeiro semestre de 2006 em 15,3%.

Já as receitas previdenciárias fecharam o primeiro semestre de 2006 em um montante de R\$ 230 milhões, uma queda de 6,9%, se comparado ao mesmo período de 2005. Esta queda no lado das receitas, juntamente com o crescimento das despesas previdenciárias, resultou num aumento do déficit previdenciário no primeiro semestre de 2006, que foi 20,8% maior que o do mesmo período de 2005.

GRÁFICO 5.3

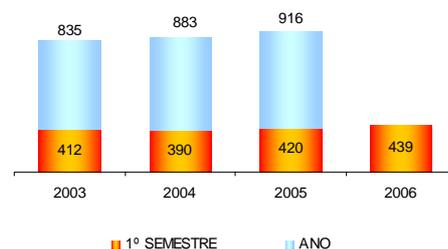
### DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 5.1

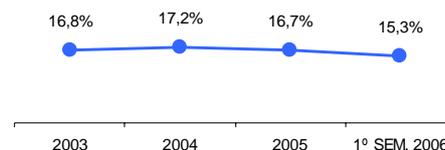
### INATIVOS E PENSIONISTAS A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 5.2

### DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (% RCL)

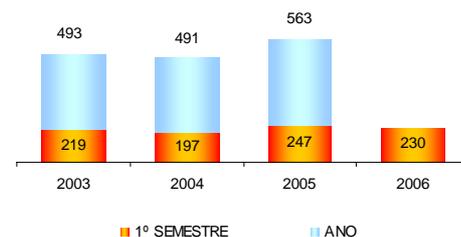


Medido a preços correntes. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

No primeiro semestre de 2006, a queda nas receitas previdenciárias, juntamente com o aumento das despesas com inativos e pensionistas, resultou no crescimento do déficit previdenciário em 20,8%, com relação ao mesmo período do ano de 2005.

GRÁFICO 5.4

### RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

## 6 – A DÍVIDA DO ESTADO

A Dívida Consolidada Líquida sofreu uma redução significativa nos dois primeiros quadrimestres de 2006. Neste período, o saldo da dívida, em valores constantes, caiu em 26% com relação à posição de dezembro de 2005. Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo, em agosto de 2006, a 61% do total da Receita Corrente Líquida. Esta redução deveu-se, em parte, ao significativo aumento nos Ativos Disponíveis do Estado.

No Gráfico 6.1 observa-se uma aparentemente elevação da dívida de 2003 para 2004. O que de fato ocorreu foi a absorção de dívidas não consideradas anteriormente\*. Dessa forma, para uma comparação temporal consistente, deve-se levar em conta a trajetória da dívida caso não houvesse mudança em sua metodologia de apuração. Neste caso, percebe-se uma trajetória de diminuição contínua da dívida consolidada líquida desde 2003, não só em termos absolutos, como também em relação à Receita Corrente Líquida.

Utilizando-se a metodologia antiga, a posição da dívida em agosto de 2006 revela uma redução real de aproximadamente 31%, com relação ao ano de 2005. Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida vem diminuindo substancialmente, equivalendo a 48% do total da Receita Corrente Líquida.

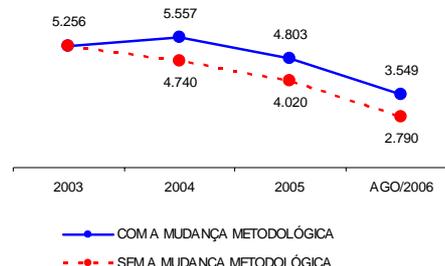
**TABELA 3**  
**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

	2004	2005	2006 (Agosto)
<b>1. Dívida Consolidada (DC)</b>	<b>5.058</b>	<b>4.785</b>	<b>4.385</b>
2. Ativo Financeiro	44	154	836
<b>3. Dívida Consolidada Líquida (DCL)<sup>1-2</sup></b>	<b>5.014</b>	<b>4.631</b>	<b>3.549</b>
4. Receita Corrente Líquida (RCL)	4.636	5.304	5.838
DC/RCL	1,09	0,90	0,75
DCL/RCL	1,08	0,87	0,61

Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

**GRÁFICO 6.1**

**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
A PREÇOS CONSTANTES

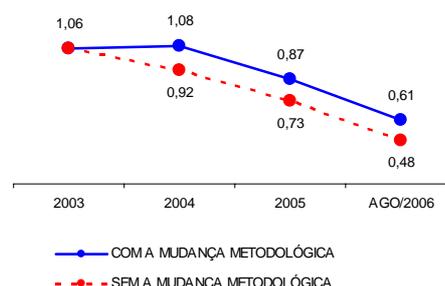


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006.  
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

*Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo, em agosto de 2006, a 61% do total da Receita Corrente Líquida.*

**GRÁFICO 6.2**

**DCL/RCL**  
A PREÇOS CONSTANTES



Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

\* A partir de 2004 passa-se a considerar as garantias assumidas junto à COHAB, FUNECE e FUSEC e parcelamentos juntos ao INSS e PASEP.

## 7 – ANÁLISE DE RISCO E DE SENSIBILIDADE

A trajetória da Dívida Pública é a meta maior da política fiscal do Governo. Uma vez definida a trajetória desejada para a dívida, estabelecem-se as metas fiscais necessárias. Para atingir o resultado desejado, o Governo do Estado deve equacionar suas previsões de receita e despesa. Contudo, as receitas e despesas previstas são variáveis com forte componente estocástico, e sua variabilidade pode comprometer as metas fiscais do Governo.

Através da Análise de Risco, testa-se a resposta da projeção da execução orçamentária para 2006 e 2007 a choques aleatórios nas variáveis de receita e despesa mais relevantes, a saber: Arrecadação do ICMS, Transferências do FPE, Despesas com Pessoal e Outras Despesas Correntes. Posteriormente, observam-se os efeitos desses choques sobre as seguintes metas fiscais do Governo\*: a relação Dívida/RLR, o Resultado Primário, a relação Despesa com Pessoal/RCL, a Receita Própria e a relação Investimento/RLR (ver anexo, para maiores detalhes).

Tomando-se como base as receitas e despesas projetadas, percebe-se que duas das metas fiscais apresentam riscos de não serem cumpridas. Considerando-se primeiramente o Resultado Primário, vê-se que existe pouco risco de as metas estabelecidas não serem atingidas em ambos os anos. O ano de 2006 merece uma atenção maior, pois existe uma probabilidade de 16% de que o resultado primário não alcance a meta de R\$ 288 milhões.

A segunda meta que merece destaque é a de Receitas Próprias. Partindo dos valores projetados, o risco de as metas para 2006 e 2007 não serem cumpridas é de 38% e 37,2%, respectivamente. É importante lembrar, contudo, que a projeção das Receitas Próprias é fortemente influenciada pelo resultado do ICMS de 2005, que foi um inferior ao esperado.

**TABELA 5**  
**ANÁLISE DE RISCO**

<b>Indicador</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<i>Dívida Financeira/RLR</i>		
Meta*	1,00	1,00
Valor Projetado**	0,93	0,77
Risco	0,2%	0,0%
<i>Resultado Primário - R\$ milhões</i>		
Meta	288,0	257,0
Valor Projetado	502,5	594,6
Risco	16,0%	9,0%
<i>Despesa c/ Pessoal/RCL</i>		
Meta	0,60	0,60
Valor Projetado	0,49	0,48
Risco	0,0%	0,0%
<i>Receita Própria - R\$ milhões</i>		
Meta	3.775	4.074
Valor Projetado	3.828	4.140
Risco	38,0%	37,2%
<i>Investimento/RLR</i>		
Meta	12,25	12,18
Valor Projetado	10,93	10,63
Risco	0,0%	0,0%

Fonte: SGF – Baseado nos Relatórios do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). Elaboração: IPECE

*A partir da Análise de Risco, pode-se observar que as metas de Resultado Primário e de Receitas Próprias apresentam baixo risco de não efetivação para os anos de 2006 e 2007.*

\* Trata-se do valor acordado com o Tesouro Nacional como parte do PAF.

\*\* Valor previsto para 2006 e 2007, projetado a partir da execução orçamentária dos anos anteriores e de parâmetros de inflação, taxa de câmbio e crescimento do PIB.

Apesar de inferir sobre os riscos no cumprimento das metas fiscais, a análise anterior não fornece maiores detalhes acerca da influência dos componentes orçamentários. Para obter o grau de sensibilidade das metas com relação às variações nos itens de receita e despesa, utiliza-se a Análise de Sensibilidade. Para tanto, calculam-se as variações no ICMS, FPE, Despesa com Pessoal, Investimento e Outras Despesas Correntes, suficientes para afetar as metas. Para maiores detalhes acerca da metodologia, ver anexo.

A lógica da aplicação desta análise é que uma alta sensibilidade (alto risco) em uma variável ocorre quando uma pequena variação nesta bastaria para que uma meta deixasse de ser cumprida. Caso o resultado projetado não atinja a meta estabelecida, o raciocínio acima passa a ser invertido<sup>\*</sup>.

Para o ano de 2006, a meta de Resultado Primário é mediamente sensível a variações no ICMS, FPE e Despesa com Pessoal. Quanto às metas de Receitas Próprias, percebe-se que são altamente sensíveis a variações no ICMS (o que é natural, já que aproximadamente 80% das Receitas Próprias do Estado advêm do ICMS).

**TABELA 6  
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE**

Variável	Meta	2006		2007	
		Var. para igualar meta	Risco	Var. para igualar meta	Risco
ICMS	Dívida/RLR	-10,2%	Baixo	-33,5%	Baixo
	Res. Primário	-6,22%	Médio	-9,03%	Médio
	Rec. Própria	-1,55%	Alto	-1,77%	Alto
FPE	Dívida/RLR	-15,7%	Baixo	-51,3%	Baixo
	Res. Primário	-9,57%	Médio	-16,2%	Baixo
Desp. com Pessoal	Res. Primário	7,79%	Médio	11,54%	Baixo
	Pessoal/RCL	23,1%	Baixo	25,3%	Baixo
Desp. com Investimento	Res. Primário	39,8%	Baixo	59,6%	Baixo
	Invest./RLR	12,1%	Baixo	14,6%	Baixo
Outras Desp. Correntes	Res. Primário	11,9%	Baixo	17,2%	Baixo

Fonte: SGF – Baseado nos Relatórios do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). Elaboração: IPECE

*Para atender às metas de Receitas Próprias, as Receitas de ICMS deverão ser superiores em 8,5% e 10%, com relação aos valores projetados para os anos 2006 e 2007, respectivamente.*

**TABELA 7  
SENSIBILIDADE DAS METAS DE 2006**

Variável	Impacto sobre o alcance da meta de Resultado Primário
ICMS	-Poderá ser até 6,22% inferior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
FPE	-Poderá ser até 9,57% inferior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
Desp. com Pessoal	-Poderá ser até 7,79% superior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
Investimentos	-Poderá ser até 39,8% superior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
Outras Desp. Correntes	-Poderá ser até 11,9% superior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.

*O alcance da meta de Resultado Primário é muito pouco sensível ao aumento dos Investimentos. Os investimentos de 2006 poderão exceder em até 39,8% o valor projetado sem que a meta seja comprometida.*

<sup>\*</sup> Neste caso, uma alta sensibilidade (alto risco) em uma variável ocorre quando uma grande variação nesta é necessária para que uma meta possa ser cumprida.

## **ANEXO: METODOLOGIAS PARA ANÁLISE DE RISCO E DE SENSIBILIDADE**

### **Análise de Risco**

Esta análise baseia-se em testar a resposta das projeções da execução orçamentária a choques aleatórios nas variáveis de receita e despesa mais relevantes. Para a realização desta análise, seguem-se os seguintes passos:

- 1- São simulados quinhentos choques sobre as seguintes variáveis: arrecadação do ICMS, transferências do FPE, Despesa com Pessoal e Outras Despesas Correntes;
- 2- Calculam-se os efeitos desses choques sobre as variáveis que compõem as metas fiscais desejadas, a saber: a relação Dívida/RLR, o Resultado Primário, a relação Despesa com Pessoal/RCL, a Receita Própria e a relação Investimento/RLR;
- 3- Calcula-se o nível de risco de uma meta a partir da proporção de vezes que esta não é alcançada nas 500 replicações realizadas;
- 4- Tais procedimentos são realizados para todos os anos do horizonte de análise, obtendo-se assim, o nível de risco de cada uma das cinco metas.

### **Análise de Sensibilidade**

Esta análise baseia-se na sensibilidade das metas fiscais às variações de itens de receita e despesa orçamentária. A sistemática de cálculo é bastante simples: calcula-se a variação em cada uma das quatro variáveis abrangidas na Análise de Risco, suficiente para igualar que as metas desejadas.

A interpretação desta análise pode ser feita sob duas situações:

Situação 1 – A meta é alcançada, ou seja, o valor projetado é suficiente para cumprir a meta estabelecida. Neste caso, a meta é altamente sensível a uma variável (de receita ou despesa) se basta uma pequena variação nesta para que aquela não venha a ser cumprida. De outra forma, diz-se que uma variável apresenta um alto risco para o cumprimento da meta.

Situação 2 – A meta não é alcançada, ou seja, o valor projetado não é suficiente para cumprir a meta estabelecida.

Neste caso, uma variável (de receita ou despesa) é de “alto risco” quando é necessária uma grande variação em seu valor para que a meta venha a ser cumprida. Nesta situação, ao contrário da anterior, a meta é pouco sensível à variável.

Assim, a alta sensibilidade de uma meta com relação à determinada variável orçamentária só é desejável quando o resultado projetado está aquém da meta estabelecida. Por exemplo, quando o Resultado Primário projetado é inferior à meta estabelecida e constata-se que um pequeno aumento no ICMS seria suficiente para atingi-la, então esta meta é altamente sensível ao ICMS. Dessa forma, o ICMS representa pouco risco à meta.